

Se se mudarem as caras, mudam-se as vontades?: Kamala Harris e críticas à política Identitária

Artigo de Andreia Galvão, activista estudantil

No dia 20 de Janeiro de 2021 Kamala Harris, advogada e política filiada ao Partido Democrata nos EUA, tomará posse como vice-presidente dos Estados Unidos. Estas eleições foram particulares pelas condições específicas do momento político em que vivemos, pelo findar de um momento político dominado por Donald Trump que veio alterar fundamentalmente o modo de fazer as campanhas presidenciais.

A vitória Biden-Harris foi bastante celebrada tanto por alguma esquerda liberal estadunidense como por grande parte do mundo ocidental como um marco para a luta antirracista, conferindo um papel de estatuto e importância política a uma mulher negra, de forma inédita para um país com um legado escravagista e segregacionista tão demarcado.

No entanto, também foram muitas as críticas traçadas ao que nos referimos vulgarmente como política identitária, tratando-se do alargado leque de atividade política e teórica assente na premissa da experiência coletiva de injustiça social direcionada especificamente a elementos de um determinado grupo social. Esta abordagem visa colmatar a liberdade política das comunidades marginalizadas na sociedade, de modo transversal.

São muitos os posicionamentos críticos a este modo de fazer política, advindo de uma diversidade de contextos. Francis Fukuyama no seu livro “Identity” associa a política identitária a uma das maiores ameaças que afligem as democracias liberais contemporâneas, explicitando como se apresenta como um obstáculo para a apresentação de soluções políticas para problemas maioritários que garantam coesão social.

Por outro lado, também nos movimentos e organizações de esquerda se têm

verificado críticas à política identitária. Falamos aqui, principalmente do modo como a ascensão de determinados elementos diversos étnico-racialmente não implica necessariamente um compromisso com a luta contra as estruturas sociais desiguais que imperam na nossa sociedade.

Que marco determina verdadeiramente a vitória de Kamala para a luta antirracista? Quão possível é a exigência de mudanças estruturais para o dia-a-dia das pessoas das comunidades na linha da frente da falência do capitalismo, através de um programa eleitoral do partido democrata, assente na manutenção do status quo?

Que diferença farão as *black faces in high places* sem políticas imbuídas de consciência de classe, comprometidas a superar este sistema sócio-económico? É possível enfrentar a injustiça social de mãos dadas com os maiores lobbies financeiros a nível internacional? Se se mudarem as caras, mudam-se as vontades?